

## DESPACHO N.º 7\_DGADR\_2019

**Assunto:** Constituição da comissão Paritária para o quadriénio 2019-2022.

Considerando que:

- a) É necessário constituir a comissão paritária para o quadriénio 2019-2022, conforme disposto no artigo 59.º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual<sup>1</sup>;
- b) A comissão paritária é composta por quatro vogais representantes da Administração, designados pelo dirigente máximo do serviço (dois efetivos e dois suplentes) e seis representantes dos trabalhadores (dois efetivos e quatro suplentes) por estes eleitos.

1 - Designo como vogais representantes da Administração:

Efetivos:

José Paulo Freitas, Diretor de Serviços de Informação, Gestão e Administração, que orienta os trabalhos da comissão;

António Campeã da Mota, Diretor de Serviços do Regadio.

Suplentes:

Maria de São Luís Centeno, Diretora de Serviços do Território e Agentes Rurais;

Ricardo Luís Moreira de Sousa Paiva, Diretor de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola.

2 - Atendendo aos resultados da eleição dos vogais representantes dos trabalhadores, na sequência do ato eleitoral realizado no dia 7 de fevereiro de 2019, foram eleitos como representantes dos trabalhadores:

Vogal efetivo: Maria de Deus Belfo Pereira Amador

Vogal efetivo: Vítor Manuel Silva Freitas

Vogal suplente: Luísa Maria Marques de Freitas Aguiar

Vogal suplente: Ana Maria Leite Cabral Correia

Vogal suplente: Luís Manuel Silva Martins Damas

Vogal suplente: João Alberto Salgueiro

3. O mandato da comissão paritária inicia-se no dia 1 de janeiro de 2019 e termina a 31 de dezembro de 2022.

4. Divulgue-se o presente despacho pelos trabalhadores da DGADR, através dos meios dedicados ao efeito.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2019.

O Diretor-geral



Gonçalo de Freitas Leal

<sup>1</sup> Alterações: Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.